



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO
2. DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS
3. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DO OBJETO
5. ÁREAS DE ATUAÇÃO DA NOVACAP
6. DA JUSTIFICATIVA
7. DO CERTAME LICITATÓRIO
8. DOS PRAZOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
9. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS A SEREM EXECUTADOS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 E SEGUINTE
10. DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS
11. DA MATRIZ DE RISCOS
12. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA
13. DA HABILITAÇÃO
14. DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO
15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
16. DO REAJUSTE
17. DO LOCAL DE EXECUÇÃO E ENTREGADOS SERVIÇOS
18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO						Nº do C.N.P.J	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP						00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”					
CIDADE:	Brasília	U.F.:	Distrito Federal	CEP:	71.215-000	Telefone:	3403-2300

2. DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

2.1. As licitações realizadas e os contratos celebrados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, que destinam a assegurar, a seleção da proposta mais vantajosa, considerando o regramento deste Termo de Referência, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento.

3. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Será adotado o Pregão Eletrônico, nos termos definidos pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto 40.205, de 30 de outubro de 2019.

3.1 Condições de participação

Exigir-se-á da contratada a apresentação de documentos que comprovem a sua qualificação técnica para o desempenho das atividades a ela delegadas, bem como a sua habilitação quanto à regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos definidos no **item 13** desse Termo de referência.

4. DO OBJETO

O serviço de Auditoria independente será realizado por empresa com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, relativa ao exame das Prestações de Contas Anuais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referentes aos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de cada ano, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025; e Prestações de Contas Intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, de cada um desses anos, de acordo com as Leis números 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e pela Lei nº 4.320/1964, quando aplicável; com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC-T's e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, bem como outros serviços a serem executados em conexão com os trabalhos de auditoria, conforme mencionados a seguir no item 6.1 deste Termo de Referência.

Serão três Relatórios de Auditoria Independente trimestrais e um Parecer Anual relativos às demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, necessárias à prestação de contas intermediárias e do exercício financeiro, que deverão guardar sincronia com a Lei nº 6.404/1976, e suas alterações, Lei nº 13.303/2016, Art. 7º, com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RITCDF – aprovado pela Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, Art. 184 e com a Instrução Normativa TCDF nº 02, de 17 de novembro de 2016.

5. ÁREAS DE ATUAÇÃO DA NOVACAP

5.1. De acordo com o Art. 2º do seu Estatuto Social:

5.2. A NOVACAP tem por objeto social a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, na satisfação do Interesse Público, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, mediante ajuste específico e disponibilização dos respectivos recursos financeiros e orçamentários, para este fim.

5.3. O objeto social compreende as atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, execução, fiscalização e gerenciamento, direta ou indiretamente, das obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes, paisagismo no Distrito Federal.

5.4. A consecução destes objetivos se dará conforme demanda do Governo do Distrito Federal, por seus Órgãos, Autarquias, Fundações e demais Empresas e Entidades que compõem a sua estrutura administrativa, e, mediante a correspondente destinação e disponibilização dos recursos financeiros e orçamentários necessários e suficientes para o seu atendimento.

6. DA JUSTIFICATIVA

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, criada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, revogada nesta parte pela Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, regida por esta, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Distrital nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, e, nos termos destes, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é uma Empresa Pública, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado e prazo indeterminado de duração, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, e dependente do Tesouro do Governo do Distrito Federal - FONTE 100, nos termos do Art. 2º, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A contratação de empresa para execução do trabalho supracitado se justifica pelos seguintes motivos:

1. Atender às disposições aplicáveis da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações;
2. Atender às disposições aplicáveis da Lei nº 4.320/1964 e suas alterações, no que couber;

3. Atender ao disposto na Instrução Normativa TCDF nº 02, de 17 de novembro de 2016.
4. Atender às normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras;
5. Atender às disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sempre que aplicável;
6. Atender às recomendações do Conselho Fiscal da Companhia;
7. Assegurar maior transparência e credibilidade às demonstrações contábeis e financeiras desta Companhia;
8. Proporcionar a transparência para avaliação dos atos que envolvam os registros contábeis e ações dos gestores, no sentido de subsidiar a Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal da NOVACAP nas análises e pareceres sobre as contas anuais desta companhia.

Para alcance de nossos objetivos, é necessária a contratação de empresa de auditoria para realizar exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação de integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da Companhia no cumprimento de seus objetivos legais e institucionais.

A empresa a ser contratada deve ter experiência em prestação de serviços de auditoria independente em empresas públicas com características similares à NOVACAP, de modo a garantir a execução contratual a contento e, conseqüentemente o atendimento às legislações pertinentes. Tais similaridades podem ser caracterizadas pelo valor do Ativo, Receita Anual e Receitas de Subvenções Governamentais. Nesse sentido, entende-se que a empresa a ser contratada deve possuir o quadro mínimo de profissionais habilitados requisitado nesse Termo de Referência.

Face ao exposto, conforme as disposições legais acima elencadas torna-se necessária a contratação de prestação de serviços de auditoria independente, por meio de empresa idônea e imparcial, para as auditorias ordinárias e pareceres sobre as contas da gestão da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em cumprimento às boas práticas de Governança, com escopo contábil/orçamentário, financeiro, operacional, patrimonial, administrativo, da área-fim (fiscalização e registros), pessoal de informação, conforme exigências contidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6.1 DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tratam-se de serviços profissionais comuns e continuados de Auditoria Independente, a serem contratados mediante Pregão Eletrônico, nos termos descritos a seguir.

6.1.1 Procedimentos de Auditoria:

a. exame das demonstrações contábeis que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do resultado abrangente e outras definidas em lei, bem como das notas explicativas correspondentes, em conformidade com a legislação societária brasileira, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais normas aplicáveis, e emissão de respectivo parecer quanto à adequação das demonstrações à posição patrimonial e financeira.

b. exame do relatório da administração;

c. análise do SPED ECD, SPED ECF, SPED fiscal, EFD-Contribuições PIS/COFINS, EFDReinf e e-LALUR, em conformidade com a legislação em vigor, avaliação dos controles e critérios contábeis utilizados pela NOVACAP, afetos ao objeto da contratação, e outras definidas em lei, com inclusão no Relatório dos Auditores Independentes de inconformidades, se identificadas;

d. validação de todas as rotinas de recursos humanos e suas obrigações acessórias;

e. revisão da declaração do imposto de renda, por pessoal especializado na área tributária, assim como verificação da conformidade dos procedimentos gerais, objeto do trabalho, em relação às normas tributárias;

f. avaliação do sistema contábil e dos controles internos, compreendendo o modelo de organização, métodos e procedimentos adotados pela empresa na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional;

g. apresentação, no curso dos trabalhos e ao final destes, de relatórios com recomendações sobre os controles internos, visando o aperfeiçoamento dos controles contábeis e/ou administrativos e à regularização de qualquer ocorrência anormal detectada, ou manifestando a regularidade dos procedimentos adotados

h. circularização de saldos e/ou operações com terceiros (advogados, contratantes, fornecedores, instituições financeiras etc.);

i. revisão analítica mensal dos balancetes contábeis;

j. conferência e exames físicos e documentais de ativos não circulantes classificados como investimentos, imobilizados e intangíveis;

k. testes documentais das contas de despesas, bem como testes de observância ou substantivos para análise de suporte, inclusive retenções de impostos e contribuições, certificação dos trabalhos executados e valores pagos.

l. acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Decretos de Encerramento anualmente expedidos pelo Distrito federal;

m. teste de consistência e validade dos procedimentos, relativos aos inventários físico-financeiros;

n. conferência dos saldos em caixa, bancos, aplicações financeiras e controles subsidiários; e

o. exames de conciliação das contas.

6.1.2 Revisão Dos Controles Internos

Revisão dos controles internos e emissão de parecer, com observância do Regimento Interno, Instruções Normativas e demais manuais de procedimentos em vigor, com aplicação de testes de aderência abrangendo as áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos, visando certificar se as normas internas e regulamentações legais específicas estão sendo cumpridas. A empresa deverá prover comentários sobre os problemas encontrados e melhorias a serem efetuadas, identificadas as possíveis consequências e vantagens com relação aos pontos apresentados e recomendações por departamento examinado.

7. DO CERTAME LICITATÓRIO

À NOVACAP incumbe a realização de procedimento licitatório do tipo Pregão Eletrônico, o qual será processado e julgado por preço global em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 40.205, de 30 de outubro de 2019, bem assim as normas da Lei nº 13.303/16 e Regulamento de Licitações e Contratos-RLC e alterações posteriores, observado o disposto neste TERMO DE REFERÊNCIA e demais normas pertinentes, indicadas no edital.

O regime de execução dos serviços ora contratados será por Preço Global por se tratarem de produtos definidos por preço certo, no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

8. DOS PRAZOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 A vigência do contrato será no período de **(60 sessenta)** meses a partir da assinatura do contrato atendidas as condições elencadas no Artigo :

Art. 171. A duração dos contratos regidos por este REGULAMENTO e pela Lei nº 13.303/ 2016, não excederá o prazo de 5 (cinco) anos, contado da sua assinatura, exceto:

I - para projetos contemplados no Plano de Negócios e Investimentos da NOVACAP;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos, seja prática rotineira de mercado e a imposição deste limite inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

8.2 A local da prestação dos serviços é a sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, podendo abranger os Viveiros I e II.

9. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS A SEREM EXECUTADOS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2025 E SEQUINTE

Auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de cada exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON.

As demonstrações contábeis e financeiras da Companhia a serem submetidas à auditoria independente serão elaboradas pela Administração da Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Auditoria Independente dessas demonstrações contábeis e financeiras devem abranger:

9.1 Análises Intermediárias das Contas Contábeis

Revisão limitada aos períodos a findarem nas datas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON.

9.2 Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras Anuais

Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de cada exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON.

As demonstrações contábeis e financeiras da Companhia a serem submetidas à auditoria independente serão elaboradas pela Administração da Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Auditoria independente dessas demonstrações contábeis e financeiras deverá abranger as ações descritas no **item 6.1**.

9.3. Produtos a Serem Entregues

9.3.1 Produto 1:

9.3.1.1 Relatório sobre a revisão de informações intermediárias, relativo à auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, referente ao segundo trimestre do exercício de 2025 e exercícios seguintes, conforme especificado no item 9.1 deste Termo de Referência, acompanhado das demonstrações completas, objeto da auditoria;

9.3.1.2 Relatório de controles internos referente ao segundo trimestre do exercício de 2025 e exercícios seguintes, contendo o resultado dos trabalhos executados em conformidade com o item 6.1.1, subitens “a” até “o”, com exceção do item “b” deste Termo de Referência, os comentários da administração para eventuais assuntos apontados e as correspondentes recomendações para melhoria dos procedimentos e dos controles internos.

9.3.2 Produtos 2

9.3.2.1 Relatório sobre a revisão de informações intermediárias, relativo à auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, referente ao segundo trimestre do exercício de 2025 e exercícios seguintes, conforme especificado no item 9.1 deste Termo de Referência, acompanhado das demonstrações completas, objeto da auditoria;

9.3.2.2 Relatório de controles internos referente **ao segundo trimestre do exercício de 2025** e exercícios seguintes, contendo o resultado dos trabalhos executados em conformidade com o item 6.1.1, subitens “a” até “o”, com exceção do item “b” deste Termo de Referência, os comentários da administração para eventuais assuntos apontados e as correspondentes recomendações para melhoria dos procedimentos e dos controles internos.

9.3.3 Produtos 3

9.3.3.1 Relatório sobre a revisão de informações intermediárias, relativo à auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, referente ao **terceiro trimestre do exercício de 2025** e exercícios seguintes, conforme especificado no item 9.1 deste Termo de Referência, acompanhado das demonstrações completas, objeto da auditoria;

9.3.4 Produtos 4

9.3.3.2 Relatório de controles internos referente **ao quarto trimestre do exercício de 2025** e exercícios seguintes, contendo o resultado dos trabalhos executados em conformidade com o item 6.1.1, subitens “a” até “o”, com exceção do item “b” deste Termo de Referência, os comentários da administração para eventuais assuntos apontados e as correspondentes recomendações para melhoria dos procedimentos e dos controles internos.

9.3.4.1 Parecer dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025 e exercícios seguintes;
e

9.3.4.2 Proposta de melhorias do processo de prestação de contas anual para cada exercício que for auditado.

10. DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

A contratada obrigará-se a entregar os produtos em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência ao Gestor do Contrato.

Os produtos apresentados serão analisados por comissão especialmente designada para tal fim.

A supracitada comissão emitirá relatório da compatibilidade dos produtos apresentados aos solicitados. Na hipótese de se constatar incongruência nos achados da auditoria ou estiverem em desacordo com as especificações acordadas, os produtos serão devolvidos à Contratada que se responsabilizará pelo refazimento total ou parcial. Os produtos deverão ser entregues nos prazos abaixo:

1. Produto 2, relativo ao segundo trimestre de 2025 e exercícios seguintes - prazo de entrega até 31 de agosto de cada ano;

2. Produto 3, relativo ao terceiro trimestre de 2025 e exercícios seguintes - prazo de entrega até 30 de novembro de cada ano;

3. Produto 4, prazo de entrega até 45 (quarenta e cinco) consecutivos, a contar do dia do encerramento do exercício no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO.

Exclusivamente no exercício de 2025, admite-se a ampliação do prazo de apresentação do primeiro produto em até 45 dias a contar da assinatura do contrato.

11. DA MATRIZ DE RISCOS

A matriz de risco deve assegurar a conduta ética no desenvolvimento das atividades contratuais, cabendo às partes a mitigação dos elementos do risco.

RISCO	CONDUTA DE RISCO	IMPACTO
DE INTEGRIDADE	Oferecer, prometer, dar ou aceitar, direta ou indiretamente qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de outra natureza, consistente em ato de corrupção ou qualquer violação de dever legal, relacionada com o contrato de auditoria.	ALTO
	Subcontratar os serviços de auditoria para empresas ou pessoas em descumprimento ao presente Termo de Referência.	ALTO
	Permitir a participação de empregado ou dirigentes da NOVACAP ou de seus familiares, na execução do objeto do presente contrato, considerando-se como tais o cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, inclusive, na linha reta ou colateral observadas as vedações da Súmula Vinculante nº 13 do STF.	MÉDIO
SIGILO DA INFORMAÇÃO	Compartilhar com terceiros informações corporativas que se devem guardar no exercício da atividade profissional de Auditor.	ALTO
Transparência dos Trabalhos de Auditoria	Não Subsidiar a Prestação de Contas de Contas da Companhia em conformidade aos preceitos de Governança Corporativa nos pilares de Transparência , Equidade e Accountability.	ALTO
Prevenção	Não Atribuir a melhoria nos Processos de Accountability em cada ciclo de análise.	ALTO
Eficiência	Não Permitir a evolução nos preceitos de Governança Corporativa nos pilares de Transparência , Equidade e Accountability.	ALTO

11.1 - Da Mitigação dos Riscos

a) Todas as informações decorrentes da prestação do serviços relacionados ao objeto contratual serão consideradas "CONFIDENCIAIS" e serão objeto de sigilo, salvo se expressamente estipulado em contrário pela NOVACAP.

b) A Contratada deve-se comprometer a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de informação confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos no Contrato.

c) A Contratada se compromete a adotar as medidas necessárias para que seus diretores, empregados, prepostos ou prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, que precisem conhecer a Informação Confidencial, mantenham sigilo sobre a mesma, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas deste item sejam efetivamente observadas.

d) O compromisso de confidencialidade é permanente e se manterá durante o período de vigência deste instrumento e após o término do mesmo.

e) A eventual prática das condutas de Riscos de Integridade sujeitarão a Contratada as penalidades previstas no item 20.

e) O não cumprimento da obrigação de confidencialidade estabelecida neste item sujeitará a Contratada ao pagamento das perdas e danos comprovadamente sofridos pela NOVACAP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis decorrente de sua violação.

12. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Programa de Trabalho: **15.122.8209.8517.0001** – Natureza da Despesa: **33.90.39** – Fonte: **220**, podendo ser substituída, essa última, pela Fonte **100**, em caso de eventual necessidade.

13. DA HABILITAÇÃO

A vencedora deverá manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação deve ser observado o disposto nos artigos 83 a 89 do Regulamento de Licitações e Contratos.

13.1 Habilitação Técnica

a) Atestado(s) ou declaração(ões) emitida(s) por empresa(s) estatal(is) dependente(s), assim definidas aquelas que se enquadrem na definição do art. 2º, III da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), acompanhado de cópia autenticada nas formas aceitas em Lei, da Demonstração do Resultado do Exercício da Auditada, para fins de comprovação da dependência de recursos públicos, que comprove a experiência da proponente no desempenho da atividade de Auditoria Independente. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica deverá(ão) ser fornecido(s) por empresa(s) pública(s) dependente(s) com Ativo superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e Receita Anual superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com informações de endereço e telefone, firmados por dirigente(s) identificado(s), no mínimo por nome e cargo/função e deverá comprovar a prestação de serviço de auditoria independente, se deu

em conformidade com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por, no mínimo, um exercício completo.

b) Certificado de Regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade - CRC da empresa proponente, dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria.

c) Comprovação de Registro Ativo na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

d) Comprovação de experiência do gerente de auditoria da proponente em gestão de auditoria independente de no mínimo, 05 (cinco) anos completos no cargo, comprovando os vínculos empregatícios com a proponente por meio de qualquer documento revestido de fé pública.

e) Serão automaticamente excluídas as proponentes suspensas de participar de licitação ou impedida de contratar com o poder público, durante o prazo da sanção aplicada, bem como aquelas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou concordata.

13.2 Habilitação Econômico Financeira

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem que a empresa possui patrimônio líquido positivo e não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicafe, for igual ou inferior a 1, juntamente com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, contador ou outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, bem como deverá estar registrado no órgão competente, ou no caso, de envio por meio digital, o mesmo deverá vir acompanhado do termo de autenticação na Junta Comercial.

13.3 Habilitação Jurídica

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. Os documentos esses que deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação vigente.

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício.

c) Cópia da cédula de identidade dos Sócios-Administradores

d) Para gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, as empresas deverão apresentar durante o credenciamento certidão emitida pela Junta Comercial.

13.4 Habilitação Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente.
- d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14. DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO

A estimativa trimestral de desembolso é de **R\$ 30.432,14 (trinta mil quatrocentos e trinta e dois reais e quatorze centavos)**. O preço máximo, para o exercício de 2025, para os serviços a serem executados é de **R\$ 121.728,56 (cento e vinte e um mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**.

No preço a ser contratado já devem estar computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas extras.

14.1 PAGAMENTO/FATURAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de atesto de cada um dos produtos descritos no item 10 deste Termo, nos termos da legislação aplicável. O pagamento aos prestadores de serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação das Certidões Negativas previstas em lei, com prazos de validade vigentes na data do efetivo pagamento, nos termos do Artigo 63 do Decreto n o 32.598/2010 e das Decisões n os 7.243/97, 3.154/98 e 2.321/99 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

As previsões de desembolsos máximos serão as que se seguem:

PRODUTO	PREVISÃO DE DESEMBOLSO	VALOR DE CADA PARCELA	PORCENTAGEM
Produto 1	Até 30 dias a contar do aceite dos serviços de Auditoria do 1º trimestre.	R\$ 30.432,14	25%
Produto 2	Até 30 dias a contar do aceite dos serviços de Auditoria do 2º trimestre	R\$ 30.432,14	25%

Produto 3	Até 30 dias a contar do aceite dos serviços de Auditoria do 3º trimestre	R\$ 30.432,14	25%
Produto 4	Até 30 dias a contar do aceite dos serviços de Auditoria referentes à Prestação de Contas Anual.	R\$ 30.432,14	25%
TOTAL ESTIMATIVA ANUAL		R\$ 121.728,56	100%
TOTAL ESTIMATIVA 5 (CINCO ANOS) DE CONTRATO		R\$608.642,80	100%

14.2 Caberá à empresa vencedora assegurar a participação de auditores devidamente habilitados e com as seguintes competências:

- a) gerência de auditoria independente, com experiência em estatal dependente;
- b) auditor sênior de recursos humanos;
- c) auditor sênior de patrimônio;
- d) auditor sênior de tributos; e
- e) auditor sênior de demonstrações contábeis.

É de obrigação da licitante efetuar o levantamento de todos os quantitativos para elaboração de sua proposta, não cabendo nenhuma reclamação posterior a assinatura do contrato.

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados. Para essas atividades, o executor do respectivo contrato será regido pela "*Norma Geral de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da NOVACAP*".

16. REAJUSTE

Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado, a data limite para apresentação da proposta para a licitação o interregno mínimo de um ano.

Na aplicação do subitem anterior, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, deve ser adotado como índice de reajuste para compensar os efeitos das variações inflacionárias, no termos previstos no Decreto n.º 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, ou outro que o venha substituir.

Em caso de reajuste, serão observadas ainda as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como as disposições do Decreto Distrital 39.978, de 25 de julho de 2019.

17. LOCAL DE EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

Sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP
Setor de Áreas Públicas – SAP/Sul – Lote “B” – Brasília – Distrito Federal
CEP 71.215-000

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá a Contratante:

- a) fornecer todas as informações necessárias, prestando esclarecimentos de forma a permitir o bom andamento dos serviços;
- b) assegurar a estrutura consistente em materiais, elementos e informações necessária à execução dos serviços.
- c) cumprir fielmente com as determinações contratuais.
- d) assegurar o acesso à auditoria independente das informações de natureza contábil ou com elas correlatas, inclusive, advindas de registros gerados em sistemas de processamento eletrônico de dados e em outros que, mantidos pela Companhia, devam sofrer exame para os fins propostos.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá apresentar quadro contendo os nomes, funções e área de atuação dos membros da equipe que realizarão os trabalhos no prazo máximo de 20 dias consecutivos após a assinatura do contrato, conjuntamente com os documentos comprobatórios da experiência e qualificação exigida, bem como do vínculo com a contratada.

Admite-se a substituição dos profissionais elencados e aprovados para os trabalhos na Companhia por profissionais de experiência equivalente ou superior, comprovados mediante cópia de carteira de trabalho ou atestado ou certidão de experiência específica, desde que aprovada pela Companhia, mediante requisição formal encaminhada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias consecutivos a contar da próxima entrada em campo.

Para fins de comprovação da experiência da equipe que executará os trabalhos, no cargo ou em auditoria independente, faz-se necessária a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho, de forma a confirmar o vínculo empregatício com a empresa contratada, bem como tempo de serviço ou tempo no cargo ou em auditoria.

Para fins de comprovação da experiência em empresa pública dependente da equipe que executará os trabalhos, faz-se necessária a apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, fornecidos por empresa desta natureza que tenham sido objeto de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras realiza pela contratada, no mínimo, um exercício completo, em papel timbrado com informações de endereço e telefone, firmadas por dirigente(s) identificado(s), no mínimo por nome e cargo ou função, onde conste o nome do profissional da equipe técnica.

Caberá, ainda, à contratada:

- a) executar o objeto de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados no Edital e seus Anexos e no Termo de Referência;
- b) cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo de Referência. Os trabalhos deverão ser conduzidos pela contratada em consonância com as normas de auditoria geralmente aceitas, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC nos termos de suas resoluções;
- c) assegurar registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme preceitua o art. 7º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, durante todo o contrato;
- d) comprovar que se submete regularmente ao Programa de Revisão Externa de Qualidade, de acordo com os critérios estabelecidos pela NBC PA 11- REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES.
- e) assegurar-se que os trabalhos serão conduzidos em harmonia com as atividades normais da Companhia, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços e horários;
- f) apresentar o seu programa de auditoria e o cronograma de execução do serviço com todas as etapas necessárias, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do contrato;
- g) atender tempestivamente às solicitações do Gestor do Contrato indicado pela Companhia, para acompanhamento da execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- h) assegurar a presença do gerente de auditoria nas reuniões da Assembleia Geral conforme art. 134 da lei nº 6.404, de 1976, bem como o atendimento às eventuais demandas do Conselho Fiscal, nos termos do art. 163 §4º dessa mesma Lei e do Conselho de Administração;
- i) a indicação formal de preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato (art. 17, II, 'a', da IN nº 94/2022).

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

20.1 A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeitará a empresa vencedora, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I Advertência;

II Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.2 Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais

adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II- 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

20.3 Além das multas especificadas no item anterior, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nos quadros 1, 2 e 3 abaixo, limitadas a 20% do valor mensal do Contrato.

20.3.1 Percentual de multas de acordo com as infrações cometidas:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,8% do valor mensal do Contrato
2	1% do valor mensal do Contrato
3	1,5% do valor mensal do Contrato
4	3% do valor mensal do Contrato

20.3.2 Infração e grau correspondente:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não disponibilizar os Produtos descritos até as datas limites referidas no item 10.	1	Por dia de atraso
2	Não atender às solicitações de esclarecimentos dos Órgãos Colegiados da NOVACAP.	4	Por ocorrência
3	Ausência não justificada do Gerente de Auditoria na Reunião que deliberar sobre a Prestação de Contas Anual	4	Por ocorrência

4	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, após solicitação de substituição pela contratante.	4	Por ocorrência
5	Não manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
6	Deixar de cumprir as cláusulas estabelecidas no Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	2	Por item e por ocorrência
7	Deixar de cumprir as cláusulas estabelecidas no Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas após reincidência formalmente notificada pela fiscalização.	3	Por item e por ocorrência

20.4 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

20.5 Caso a empresa vencedora não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato.

20.6 Nos casos mencionados no item 20.3.2 a NOVACAP oficiará à empresa vencedora, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

20.7 A aplicação das multas não impede que a NOVACAP rescinda unilateralmente o Contrato.

20.8 Aplicam-se à empresa vencedora as sanções dispostas no artigo 6º, da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), no caso de cometer as seguintes condutas:

20.8.1 fraudar o Contrato;

20.8.2 obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e

20.8.3 manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

20.9 A apuração da responsabilidade administrativa da empresa vencedora que possa resultar na aplicação das sanções previstas no [artigo 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, conforme os procedimentos previstos no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

20.10 As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

20.11 As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

20.12 Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a empresa vencedora notificada da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar defesa.

20.13 Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

21.GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1 A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados .

21.2 A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e na legislação em vigor

21.3 A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

21.4 A CONTRATADA deverá avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela obra, na forma da legislação urbanística.

21.5 A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição na obra.

21.6 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

21.7 A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A participação na licitação implica a aceitação, integral e irretratável, dos termos e conteúdos deste Termo de Referência.

22.2 A proposta licitante deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

22.3 As Ordens de Serviços serão específicas por produto.



Documento assinado eletronicamente por **GERALDO ALVES CAMPOLINA - Matr.0973396-5, Chefe do Departamento de Contabilidade**, em 09/04/2025, às 11:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) de Suporte**, em 09/04/2025, às 15:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **167972761** código CRC= **681E2F49**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br